

DÍVIDA EXTERNA

País pagará parcela de US\$ 900 milhões

Pagamento será feito 10 dias após a formalização do protocolo e sua aprovação pelo Senado

BRASÍLIA — O Brasil pagará cerca de US\$ 900 milhões aos bancos credores, no período de 10 dias após a formalização do protocolo (term-sheet) sobre a negociação do pagamento dos juros atrasados da dívida externa e sua aprovação pelo Senado. Os restantes US\$ 1,1 bilhão serão pagos em oito parcelas mensais somente após a resposta positiva dos bancos sobre os termos do protocolo. Juntas, essas quantias somam os US\$ 2 bilhões fixados como teto para pagamento, este ano, dos juros devidos pelo País, de cerca de US\$ 8,5 bilhões. A informação foi dada ontem pelo embaixador Jório Dauster, principal negociador da dívida externa.

Após visita de uma hora e meia ao Senado e de duas horas de explicações sobre o acordo, Jório Dauster informou que os juros para pagamento dos restantes US\$ 6,5 bilhões dos atrasados — que serão transformados em bônus com pra-

zo de dez anos — começam a contar a partir de 1º de janeiro deste ano. O embaixador esclareceu que esses bônus somente serão emitidos aos bancos quando for concluído outro protocolo, que tratará do estoque da dívida externa do setor público, que é de US\$ 52 bilhões. Se o Brasil chegar a pagar juros relativos aos bônus ainda este ano, acrescentou, deverá desembolsar mais US\$ 200 milhões.

A primeira parcela a ser paga logo após a formalização do acordo, de US\$ 900 milhões, sairá das reservas internacionais que, ao final de fevereiro, fecharam em US\$ 8,6 bilhões. “Não há perigo quanto à saída excessiva de reservas”, garantiu o embaixador. Dauster transmitiu aos líderes partidários e ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), que o acordo foi a melhor fórmula encontrada entre o governo brasileiro e os credores. “O embaixador nos garantiu que o acordo atende aos interesses do País”, disse o presidente do Senado.

O protocolo deverá ser formalizado em algumas semanas, segundo Dauster. Ele ainda negociará



Dauster, entre os senadores Mauro Benevides (à esq.) e Raimundo Lira: melhor fórmula

com o Senado os prazos exatos para a aprovação do term-sheet pela Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, pelo plenário. Deixou claro, porém, que qualquer desembolso aos credores so-

mente poderá ser feito após a aprovação do protocolo pelo Senado. Esclareceu ainda que os senadores não poderão emendar os termos do protocolo, podendo apenas aprová-lo ou rejeitá-lo.

realizou mais de 50 projeções por computador. “É um conceito muito complexo. Direi essa verdade aos senadores. Mas não vejo o Senado como opositor. Teremos que ter espírito de colaboração”, disse.

O assunto mais complexo a ser explicado pelo embaixador aos senadores na quarta-feira, quando irá à Comissão de Assuntos Econômicos, é o conceito de capacidade de pagamento, exigência colocada pela resolução 82 do Senado, que fixa limites para que o País faça desembolso ao Exterior sem comprometer seu desenvolvimento. Dauster explicou que, para chegar à conclusão de que o País pagará US\$ 2 bilhões este ano,